

A COVID-19 EM MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS - VOL.2

# EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

ORGANIZADORES  
RENATO KOCH COLOMBY  
JULICE SALVAGNI  
CIBELE CHERON





**Prof. Me. Gil Barreto Ribeiro (PUC Goiás)**

Diretor Editorial  
Presidente do Conselho Editorial

**Dr. Cristiano S. Araujo**

Assessor

**Larissa Rodrigues Ribeiro Pereira**

Diretora Administrativa  
Presidente da Editora

**CONSELHO EDITORIAL**

Profa. Dra. Solange Martins Oliveira Magalhães (UFG)  
Profa. Dra. Rosane Castilho (UEG)  
Profa. Dra. Helenides Mendonça (PUC Goiás)  
Prof. Dr. Henryk Siewierski (UnB)  
Prof. Dr. João Batista Cardoso (UFG Catalão)  
Prof. Dr. Luiz Carlos Santana (UNESP)  
Profa. Me. Margareth Leber Macedo (UFT)  
Profa. Dra. Marilza Vanessa Rosa Suanno (UFG)  
Prof. Dr. Nivaldo dos Santos (PUC Goiás)  
Profa. Dra. Leila Bijos (UnB)  
Prof. Dr. Ricardo Antunes de Sá (UFPR)  
Profa. Dra. Telma do Nascimento Durães (UFG)  
Profa. Dra. Terezinha Camargo Magalhães (UNEB)  
Profa. Dra. Christiane de Holanda Camilo (UNITINS/UFG)  
Profa. Dra. Elisângela Aparecida Pereira de Melo (UFT)  
Prof. Ms. Euvaldo de Sousa Costa Junior (UFPI)

Renato Koch Colomby  
Julice Salvagni  
Cibele Cheron  
Organizadores

# **A COVID-19 EM MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS**

Volume II

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

1ª edição

Goiânia - Goiás  
Editora Espaço Acadêmico  
- 2020 -

Copyright © 2020 by Renato Koch Colomby, Julice Salvagni e Cibele Cheron

Esta obra contou com um processo de avaliação por pares em um sistema double blind review. Registra-se o agradecimento aos pareceristas que participaram desse processo.

**Editora Espaço Acadêmico**

Endereço: Rua do Saveiro, Quadra 15, Lote 22, Casa 2

Jardim Atlântico - CEP: 74.343-510 - Goiânia/Goiás

CNPJ: 24.730.953/0001-73

Site: <http://editoraespacoacademico.com.br/>

Contatos: Larissa Pereira - (62) 98230-1212

Editoração: Franco Jr.

Imagem de capa: Fachada do Instituto de Educação General Flores da Cunha, em Porto Alegre, RS.

Fonte: Acervo da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul.

Projetado por Harryarts.com - freepik.com

CIP - Brasil - Catalogação na Fonte

C873 A Covid-19 em múltiplas perspectivas [livro eletrônico] / Organizadores Renato Koch Colomby, Julice Salvagni e Cibele Cheron. – 1. ed. – Goiânia : Editora Espaço Acadêmico, 2020.  
v. ; Ebook.

Conteúdo: v. 2. Educação, ciências e cultura.

Inclui referências bibliográficas

ISBN: 978-65-00-11699-1

1. Covid-19. 2. Covid-19 - educação. I. Colomby, Renato Koch (org.). II. Salvagni, Julice (org.). III. Cheron, Cibele (org.).

CDU 616-036.21

A redação dos capítulos desta obra, quanto à forma e conteúdo, é de inteira responsabilidade dos autores.

**DIREITOS RESERVADOS**

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito dos autores. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

# A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL EM MEIO À PANDEMIA DE COVID-19

*Cibele Cheron<sup>1</sup>*

*Julice Salvagni<sup>2</sup>*

*Renato Koch Colomby<sup>3</sup>*

*Alexandre Anselmo Guilherme<sup>4</sup>*

## 1. INTRODUÇÃO

Os fatores de precarização do labor docente contrastam com as demandas do mercado por profissionais em incessante aperfeiçoamento, com domínio das mais recentes tecnologias, multiversados e polivalentes. Essa contradição tornou-se cada vez mais problemática com a pandemia de Covid-19 e a consequente suspensão das atividades presenciais nas escolas. O modelo de liberdade – centrado na livre exploração da economia – e de igualdade – assentado em mecanismos meramente formais – cria um paradoxo desafiador.

A reestruturação produtiva, a internacionalização do capital e a acumulação flexível acarretaram intensas mudanças, com fortes efeitos no

<sup>1</sup> Doutora em Ciência Política (UFRGS). Desenvolve estágio pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCRS. ORCID-Id: <https://orcid.org/0000-0003-3501-5248>. E-mail: [iccibele@gmail.com](mailto:iccibele@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia (UFRGS). Professora Adjunta no Departamento de Ciências Administrativas da UFRGS. ORCID-Id: <https://orcid.org/0000-0002-6334-0649>. E-mail: [julicesalvagni@gmail.com](mailto:julicesalvagni@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutor em Administração pela UFRGS. Professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR - Campus Palmas). ORCID-Id: <https://orcid.org/0000-0002-5013-6913>. E-mail: [renato.colomby@gmail.com](mailto:renato.colomby@gmail.com)

<sup>4</sup> Doutor PhD em Filosofia (Durham University). Professor Adjunto nos Programas de Pós-Graduação em Educação, Psicologia e Filosofia da PUCRS. ORCID-Id: <https://orcid.org/0000-0003-4578-1894>. E-mail: [alexandre.guilherme@pucrs.br](mailto:alexandre.guilherme@pucrs.br)

campo social, gerando oportunidades para alguns e exclusão para outros. A atividade docente não foi poupada de sofrer com seus efeitos. A lógica mercantil demanda enfraquecimento das instituições públicas e diminuição do papel do Estado, simultâneo ao fortalecimento da iniciativa privada que reivindica o encolhimento dos direitos sociais (BOBBIO, 1997; 2004). Nesse sentido, o trabalho da professora e do professor vem perdendo paulatinamente espaço e reconhecimento, numa sociedade a cada dia mais voltada aos valores de mercado e, como tal, pautada na lógica de uma educação bancária, para usar a expressão de Paulo Freire.

O presente estudo enfoca os docentes da rede pública estadual do Rio Grande do Sul (RS), categoria profissional em que males crônicos somaram-se aos efeitos da pandemia de Covid-19. Assim, buscamos compreender os principais fatores de precarização do trabalho desses docentes, descrevendo elementos característicos do panorama recente das rotinas e das transformações sofridas pela classe. Ainda, verificamos como as circunstâncias relativas à pandemia podem ter agravado tais realidades, analisando, à luz de um referencial teórico interdisciplinar, os efeitos das demandas do mercado e a consequente precariedade das relações laborais.

## **2. PANORAMA DO TRABALHO DOCENTE NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL**

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou situação de pandemia mundial em virtude do aumento de casos relacionados à Covid-19 em vários países. No Brasil, o primeiro caso da doença havia sido reportado no dia 26 de fevereiro e, no Rio Grande do Sul, a primeira contaminação foi confirmada no dia 09 de março. No dia 23 do mesmo mês, a Secretaria Estadual de Educação (Seduc-RS) anunciou a suspensão de todas as atividades presenciais na rede estadual de ensino e estabeleceu o regime excepcional de teletrabalho para os servidores. A Seduc-RS determinou que, durante o período de interrupção das aulas presenciais, os professores participassem de atividades de formação continu-

ada, bem como que encaminhassem tarefas escolares para serem feitas em casa pelos alunos.

Todavia, é necessário salientarmos que a pandemia recaiu sobre um contexto laboral já bastante precário, para o qual contribuem diversos fatores, desde os associados à crise do trabalho e à reestruturação produtiva, inerentes ao modelo neoliberal, até a retração de direitos sociais, a desestruturação do serviço público e a desvalorização das carreiras do magistério na Educação Básica. Integram esse contexto o recebimento de remunerações baixas, pagas em atraso e parceladamente desde maio de 2015, levando a expressivas quedas na qualidade de vida dos docentes, que, desde então, acumulam perdas de um terço em seu poder de compra. As condições de trabalho também são fortemente afetadas, com redução significativa de investimento público no setor (-73,65%, desde 2014) e diminuição do quadro de pessoal que, em 2014, perfazia 99.564 servidores ativos, contra 76.264, em 2019 (-23%). Entre os 23.300 professores que deixaram a atividade, estão os falecidos; os contratados por prazo determinado, cujos contratos foram rescindidos sem substituição; os aposentados e os impressionantes 10.750 educadores que deixaram de laborar por outros motivos, exonerando-se (DIEESE, 2020).

Pesam, ainda, as propostas governamentais de modificação dos planos de carreira do magistério e de reforma da previdência estadual. Essas alterações preveem, entre outras medidas, a implementação da remuneração a partir de subsídio, impedindo a incorporação de vantagens ou gratificações adicionais e limitando a quantidade de vagas existentes em cada uma das faixas remuneratórias, o que dificulta promoções e desestimula o aperfeiçoamento profissional. Também estão previstos o aumento de idade mínima para aposentadoria, do tempo e dos valores de contribuição para o sistema de previdência, bem como a diminuição do benefício pago aos inativos (SEFAZ-RS, 2020).

Em 24 de outubro de 2019, a Assembleia Legislativa Estadual realizou audiência pública para debater os casos de afastamento por sofrimento psíquico e suicídios verificados entre os servidores da Educação, relacionados a aspectos conjunturais sintetizados na fala de uma parlamentar:

esse discurso único da desesperança ‘não tenho dinheiro, tenho que fazer sempre mais e mais sacrifícios, na aposentadoria, no salário, aceitar condições de trabalho degradantes’, abate muito os profissionais que atuam com gente, [...] como as professoras e os professores (ALRS, 2020<sup>5</sup>).

Importa frisar que as escolas públicas estaduais, em sua maioria, estão inseridas em comunidades de baixa renda, nas quais os índices de violências e de vulnerabilidades sociais são bastante elevados. Os educadores convivem com o desafio cotidiano de fornecerem não apenas ensino, mas também alimentação, saúde e acolhimento aos estudantes e às suas famílias, sem que, para isso, contem com preparo, recursos ou mesmo respaldo por parte do poder público.

De outra banda, impulsionados por movimentos como o Escola sem Partido (GUILHERME; PICOLI, 2020), por religiosos neopentecostais e lideranças políticas e empresariais, os estudantes e seus familiares passaram a ver nos professores, bem como na ciência, na arte e na cultura, de forma geral, um inimigo a ser combatido. Em um olhar enuviado e sob uma pseudolegitimidade do combate a ‘perigos maiores’ invariavelmente invocados e tão antigos quanto vagos, os estudantes são incitados a denunciarem seus professores, apontados como ‘doutrinadores’ socialistas, comunistas, globalistas, ateístas e integrantes de grupos sociais hostilizados, tais quais LGBTQI+, feministas, negros e povos tradicionais.

Amplificando a gravidade da situação vivenciada pelos professores, em 27 de janeiro de 2020, o governo estadual obteve, junto à Suprema Corte brasileira, autorização para corte de ponto e de salário dos servidores de nível superior, decorrente de adesão ao movimento grevista deflagrado em 26 de novembro de 2019 (BRASIL, 2020). Embora, findada a greve, os dias letivos nos quais perdurou a paralisação tenham sido repostos pelos professores, desde então o governo vem abatendo proporcionalmente esse período nas folhas de pagamento.

<sup>5</sup> Esta citação não contém número de página por ter sido extraída de documento publicado exclusivamente na internet.

Alheia a tal cenário, apesar de estar intimamente associada a ele, a lógica mercantil aplicada ao setor da Educação exige dos professores o desempenho de suas atividades segundo padrões de eficiência norteados pela maximização da produtividade e minimização dos custos, desafiando as noções de qualidade do ensino, trabalho digno e cidadania. Embora se reconheça que o fechamento das escolas e a estipulação de regime excepcional de teletrabalho atenderam às recomendações dos órgãos competentes, nacional e internacionalmente, para frear o avanço da pandemia e evitar o colapso no sistema de saúde, para os docentes da rede pública estadual gaúcha, a suspensão das aulas presenciais importou numa intensificação ainda maior do trabalho. De forma a mitigar os efeitos deste período de afastamento no cumprimento do ano letivo e, também, em função das pressões advindas do mercado, grande parte das escolas recorreu à oferta de tarefas por via remota, mormente utilizando plataformas virtuais de Ensino a Distância (EaD) e até mesmo redes sociais, como *WhatsApp* e *Facebook*.

O Rio Grande do Sul é um dos estados brasileiros com maior acesso à internet. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), 71,7% dos gaúchos têm acesso à rede, majoritariamente via telefones celulares: 96% dentre os que acessaram contra 63% via microcomputador. Entretanto, apenas 50,2% dos domicílios gaúchos possuem microcomputadores, dos quais somente 58,7% têm conexão com a internet. O acesso à rede não está disponível para 23,9% dos domicílios no estado, predominantemente por restrições de ordem econômica ou financeira. Dado que a rede pública estadual de ensino atende preponderantemente estudantes de baixa renda, é possível estimar que grande parte deles não consiga acessar as atividades disponibilizadas em formato *online*. Da mesma forma, a deterioração das condições econômicas anteriormente referidas permite dizer que uma parcela considerável dos docentes da rede estadual não tenha acesso pleno à internet e, por conseguinte, das plataformas ou dos ambientes virtuais de aprendizagem. Ao lado disso, os mesmos fatores de precarização do trabalho docente também constituem entraves para que os professores aprimorem suas formações, capacitando-se para

elaborar aulas e atividades virtuais ou utilizar tecnologias recentes em suas práticas pedagógicas.

Elaborar e disponibilizar as aulas a distância não é o único desafio que a Covid-19 agregou ao labor dos professores na rede pública estadual. Muitos, especialmente os envolvidos com funções administrativas em suas escolas, têm sido forçados a mantê-las abertas, seja para realizarem tarefas burocráticas, seja para participarem de campanhas de distribuição de alimentos, produtos de higiene e máscaras às comunidades. Estão, assim, expostos ao risco de contraírem o vírus e tornarem-se vetores de transmissão a seus familiares, muitos deles, quando não os próprios docentes, integrantes dos chamados grupos de risco (idosos e pessoas com condições imunossupressoras, por exemplo).

Em suma, pode-se afirmar que os efeitos da pandemia mundial de Covid-19 potencializaram um cenário de precariedades no qual

o governo agrava o pouco entusiasmo pela carreira docente, marcada por salários baixos, jornadas cansativas, pouco reconhecimento, reforça a falta de renovação e deixa dúvidas à sociedade gaúcha sobre o interesse e viabilidade em manter uma educação estadual pública no Rio Grande do Sul (DIEESE, 2020, p. 14).

### **3. CONTRADIÇÕES ENTRE AS DEMANDAS DO MERCADO E A PRECARIIDADE DAS RELAÇÕES LABORAIS**

A incorporação de técnicas de gestão da força de trabalho e tecnologias relativas à era da informação descentraliza as atividades laborais, tornando a estrutura mais flexível, e intensifica a exploração da força de trabalho, aumentando sua intensidade. Em igual passo, promove a desregulamentação dos direitos trabalhistas, aumenta a fragmentação no interior da classe trabalhadora, incentiva a terceirização e a desvalorização da mão de obra e desagrega a organização sindical combativa (ANTUNES, 2005; HARVEY, 2012). As formas de contratação temporárias ou emergenciais passam a ser largamente adotadas, em relações instáveis e precarizadas. Es-

sas exigências, contudo, não são compatíveis com os direitos e as garantias dos professores ou mesmo com os direitos sociais conquistados e protegidos em âmbito constitucional. Generalizam-se contratos de trabalho simplificados, temporários, de rotatividade elevada, remuneração baixa e contida e longas jornadas, embora os níveis de escolaridade e capacitação dos docentes não deixem de aumentar (POCHMANN, 2020). A precarização do trabalho, assim, assume um papel central no sistema capitalista contemporâneo, consequências necessárias da reestruturação produtiva. Ante esse patamar, os docentes devem se adaptar às exigências impostas pela flexibilização do mercado, ajustando-se à plena disponibilidade que lhes é exigida para adequar-se às flutuações de demanda (CASTEL, 1999).

Mészáros (2011) aponta que, diferentemente de outros momentos de crise em que havia intervalos cíclicos de expansão e recessão do sistema capitalista, o momento presente é de crise estrutural. Ao conceber a educação como setor de mercado, o trabalho docente fica atrelado às relações de produção e consumo, direcionadas à reprodução do capital e, assim, distanciando-se da satisfação de necessidades sociais, de desenvolvimento humano. A precarização do trabalho, convertido em mercadoria, desumaniza o trabalhador, subordinado aos imperativos do mercado. A crise estrutural não se restringe à esfera socioeconômica, abatendo-se sobre todo o processo de reprodução do sistema de valores do capital e as instituições que dele fazem parte. Conforme Mészáros (2011, p. 994-5),

algumas das instituições mais fundamentais da sociedade são atingidas por uma crise nunca antes sequer imaginada. [...] A crise estrutural da educação tem estado em evidência há já um número de anos nada desprezível. E aprofunda-se a cada dia, ainda que esta intensificação não assuma a forma de confrontações espetaculares.

Como respostas às sucessivas crises econômicas e em atenção às exigências da lógica mercantil aplicada à Educação, verificam-se a intensificação do trabalho docente e o esgotamento financeiro, físico e psíquico dos professores. Essa intensificação os atinge duplamente, pressionados a au-

mentarem a produtividade de seu labor e, simultaneamente, relegados, nos dizeres de Gramsci (2001, p. 21), à condição de representantes “do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social”, impedidos de atuar com independência, liberdade e criticidade.

Bourdieu (1998, p. 120) salienta que a intrínseca relação entre a mercantilização e a precarização do trabalho não acomete apenas a iniciativa privada, mas também o serviço público, porquanto

a precariedade afeta profundamente qualquer homem ou mulher expostos a seus efeitos; tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável.

As ameaças de desemprego, as contratações por tempo determinado ou parcial, a parca remuneração, a incerteza quanto à aposentadoria e a perda de benefícios objetivamente fomentam insegurança entre os docentes. Essa insegurança, porém, também se faz sentir, subjetivamente, entre aqueles que não estejam imediatamente afetados, e “está no princípio da desmoralização e da desmobilização” que prejudica a “capacidade de [o trabalhador] se projetar no futuro, a condição indispensável de todas as condutas ditas racionais, a começar pelo cálculo econômico, ou, em uma ordem completamente diferente, pela organização política” (BOURDIEU, 1998, p. 121-2). Nesse patamar, a pandemia de Covid-19 acrescentou e potencializou contradições que já vinham minando a natureza e as condições do trabalho docente nas últimas décadas.

Em suas reflexões sobre a pandemia, Agamben (2020, locais do Kindle 160) lança uma instigante provocação: “[o] medo é um mau conselheiro, mas faz aparecer muitas coisas que fingíamos não ver”. A inter-relação entre a sujeição do trabalho aos ditames do mercado, a insegurança – objetiva ou subjetivamente sentida – quanto ao futuro e à precarização acelerada do labor docente tornou-se insustentável. Com a pandemia, “o limiar que separa a humanidade da barbárie foi ultrapassado”. Desumanizados, desagregados e isolados,

cindimos a unidade de nossa experiência vital, que é sempre inseparavelmente corpórea e espiritual, em uma entidade puramente biológica, de um lado, e em uma vida afetiva e cultural, do outro (AGAMBEN, 2020, locais do Kindle 267).

Essa cisão está na raiz da alienação do trabalho, que, limitado à sobrevivência do corpo biológico, ao invés de fonte de satisfação, autonomia e crescimento, é causa de sofrimento, submissão e degradação.

O insuportável está na contradição: em nome da sobrevivência do corpo biológico, o trabalho fatiga, exaure, mutila e abate o trabalhador. A pandemia evidenciou o que Mbembe (2018) chamou de necropolítica, frente à ideia da biopolítica foucaultiana.

Não se trata da aplicação do princípio de preservação da vida, mas da prática de deixar morrer e de negar o processo de extermínio, adoecimento ou desproteção que leva à morte. Enquanto a biopolítica nos oferece verdadeiros monumentos para o controle das populações – como a escola, os hospitais e os dispositivos de colonização –, a necropolítica se caracteriza pela lentidão, pelo adiamento e pela manutenção de situações de miséria e desproteção (DUNKER, 2020, locais do Kindle 34).

A escola, aqui, desloca-se da esfera da biopolítica e, simultaneamente, como lugar de formação e exercício do trabalho precário, torna-se equipamento da necropolítica. Nesse local, quer físico, quer virtual, o trabalho que se vive e se ensina é instrumento de morte. Viver e ensinar esse trabalho, invariavelmente, faz com que os trabalhadores do ensino público gaúcho fiquem sujeitos a um mal maior do que a pandemia. Trata-se de uma sujeição que vai além do medo, da doença e da desumanização, mas escancara a barbárie em cujas fronteiras já habitávamos enquanto aprendíamos que a vida digna era prerrogativa de quem, por suposto mérito, era produtivo. Produtividade essa que parece ter que se manter mesmo nos períodos mais atípicos em que a própria vida pode estar em risco e que não parece se preocupar com a qualidade do processo de ensino e qualidade, tampouco da qualidade de vida dos profissionais da Educação.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exigência incessante de produtividade converteu-se no definidor de quem se pode deixar morrer: os improdutivos, cuja vida representa um fardo aos demais. A situação em que estão expostos os professores transcende a pandemia, quando a vida humana é circunscrita entre a biopolítica e a necropolítica, cujos dispositivos controlam os que podem viver, para que se extraia deles o máximo de sua produtividade, e decidem quem deve morrer, para aliviar dos demais o peso de sua existência.

Os docentes são pintados à sociedade como pertencentes ao segundo grupo, objetos da necropolítica. São tratados como descartáveis pelo

capitalismo do desastre, [...] esse oportunismo corporativo que olha para a dor e a necessidade e não se pergunta ‘como vamos resolver isso, como vamos salvar essas vidas?’ e sim ‘como posso enriquecer ainda mais em benefício de meus próprios interesses?’.

A precarização do trabalho docente compõe um sistema que criou as condições para a crise estrutural se aprofundar em meio à pandemia mundial, numa “lógica que pressupõe que as pessoas tenham casa e dinheiro para comida e que contem com os meios para se conectar com os outros” (DAVIS; KLEIN, 2020, locais do Kindle 99; p. 147-8), o que, em verdade, não têm.

O ofício dos professores está numa definição diametralmente oposta à que o mercado e sua lógica de maximização da produtividade imprimem ao labor docente (GIROUX, 1997). Nesse sentido, os docentes são cobrados pela entrega de um produto que gere ainda mais valor ao que é considerado caro no capital. Tais valores, contudo, são normalmente opostos aos que são cunhados em uma educação para a vida, cujas premissas perpassam as noções de respeito, empatia, alteridade, diversidade etc.

Essa contradição de valores tem sido intensificada em meio à atual crise sanitária, econômica, política e social, causada pela pandemia de Covid-19. Desse modo, os professores têm sido convocados a produzirem,

para além de qualquer critério de qualidade, algo que consuma o tempo, mesmo sem condições de operacionalizarem uma atividade remota.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Reflexões sobre a peste: ensaios em tempos de pandemia* (Pandemia Capital). São Paulo: Boitempo Editorial, 2020. Edição do Kindle.

ALRS. Audiência pública promovida pelas Comissões de Segurança e Serviços Públicos; de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia; e de Cidadania e Direitos Humanos. *Agência de Notícias da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*, 24 de outubro de 2019. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque/tabid/855/IdMateria/318791/Default.aspx>. Acesso em: 19 maio 2020.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Suspensão de Tutela Provisória (STP) n.º 163. Defere a liminar, permitindo-se o corte de ponto e de salários dos servidores grevistas. Requerente: Estado do Rio Grande do Sul; Requerido: Relator do Processo N.º 5014318-29.2019.8.21.7000 do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Intimado: Sindicato dos Servidores de

Nível Superior do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul. Relator: Ministro Luiz Fux. *Diário da Justiça Eletrônico*. Brasília, 03 fev. 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342239764&ext=.pdf>. Acesso em: 26 maio 2020.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1999.

DAVIS, Angela; KLEIN, Naomi. *Construindo movimentos* (Pandemia Capital). São Paulo: Boitempo Editorial, 2020. Edição do Kindle.

DIEESE. *Qual a situação da categoria da educação do estado do Rio Grande do Sul?* Análise de Indicadores, Nov. 2019. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, Escritório Regional do Rio Grande do Sul. Disponível em: [https://www.cnte.org.br/images/stories/2019/dieese\\_reformas\\_governo\\_rs\\_25112019.pdf](https://www.cnte.org.br/images/stories/2019/dieese_reformas_governo_rs_25112019.pdf). Acesso em: 26 maio 2020.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. *A arte da quarentena para principiantes* (Pandemia Capital). São Paulo: Boitempo Editorial, 2020. Edição do Kindle.

GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, volume 2: os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUILHERME, Alexandre Anselmo; PICOLI, Bruno Antonio. Escola sem Partido - elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, e230042, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782018000100234&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100234&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18 maio 2020.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2012.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Suplemento sobre acesso a tecnologias de informação e comunicação. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/10070/64506?ano=2017>. Acesso em: 21 maio 2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

POCHMANN, Márcio. Terceirização desregulada e seus efeitos no mercado de trabalho no Brasil. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, Brasília, v. 80, n. 3, jul./set. 2014, p. 215-227. Disponível em: [https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/71230/012\\_pochmann.pdf?sequence=1](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/71230/012_pochmann.pdf?sequence=1). Acesso em: 26 maio 2020.

SEFAZ-RS. Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. *Estado esclarece mudanças nos contracheques dos servidores*. Porto Alegre, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://www.fazenda.rs.gov.br/conteudo/13038/estado-esclarece-mudancas-nos-contracheques-dos-servidores>. Acesso em: 26 maio 2020.